

CONTABILIDADE AMBIENTAL: A SUSTENTABILIDADE DENTRO DAS ENTIDADES E OS BENEFÍCIOS FINANCEIROS

1- Amanda Rodrigues Soares; Bruna Ronconi Rotta; Dieyson Manzoli.

2 - Thekeane Pianissoli.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a contabilidade ambiental na intenção de analisar as contribuições desse modelo de contabilidade para o processo produtivo das empresas, verificando sobre as questões ambientais e sua respectiva legislação, assim como o desenvolvimento de relatórios específicos para o processo de tomada de decisão a respeito das questões ambientais empresariais. Sendo assim, para esclarecer alguns questionamentos a respeito desse assunto, traçaram-se objetivos que promovam a solução do problema de pesquisa. Para isso, buscou-se através da metodologia da pesquisa bibliográfica, evidenciar e explorar alguns temas, além de consequentemente adquirir novos conhecimentos e esclarecer dúvidas. O trabalho encontra-se dividido em alguns tópicos, os quais apresentam assuntos relacionados aos benefícios da contabilidade ambiental para as empresas; algumas questões sobre a aplicação da contabilidade ambiental; Ativo e passivo ambiental; e o que é a contabilidade ambiental. Concluiu-se por meio dos resultados obtidos nesta pesquisa, que a contabilidade ambiental pode ser utilizada como ferramenta para as empresas que almejam alinhar-se com as questões e legislações ambientais, assim como também, aquelas que desejam promover a sustentabilidade, visto a crescente necessidade em enquadrar os processos de produções das organizações com a legislação vigente do meio ambiente, além de gerar informações adequadas para embasar a tomada de decisões sobre possíveis mudanças, melhorias ou cumprimentos de notificações relacionados ao processos e atividades da empresa e seu reflexo no meio ambiente.

Palavras Chave: Contabilidade. Meio Ambiente. Passivo ambiental.

INTRODUÇÃO

Baseado nos dados analisados sobre a pesquisa desenvolvida para este trabalho, verificou-se que o presente trabalho abordará a questão da contabilidade ambiental, porém antes de adentrarmos no que venha ser essa ciência, destaca-se que cada vez mais se aumenta a pressão, exercida pela sociedade, sobre as organizações empresariais que não respeitam ou promovem a sustentabilidade do meio ambiente. Devido a isso e aliada a exigência do mercado, as empresas passaram a ser obrigadas a adotarem uma política de controle, preservação e recuperação ambiental na intenção de promover atividades econômicas mais sustentáveis visando à continuidade da vida.

Já faz tempo que se discute sobre qual a melhor forma das empresas conciliarem seus processos produtivos com a questão ambiental, isso é desenvolver suas atividades de forma mais adequada com a sustentabilidade, aderindo a matérias primas mais sustentáveis e promover uma destinação adequada para os resíduos originários de sua produção, além de conscientizar seus colaboradores e a comunidade onde está inserida sobre a necessidade em preservar a natureza e seus recursos.

1-Graduandos em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX no ano de 2021.

2-Professora Orientadora. Especialista em Gestão Empresarial, Didática do Ensino Superior e Administração, Graduada em Administração com ênfase em Análise de Sistemas.

Diante disso, surge como resposta a esta necessidade, algumas normas e processos que, através de um Sistema de Contabilidade Ambiental, direciona a empresas sobre como lidar com os impactos causados pelas atividades no meio ambiente. Neste sentido, torna-se relevante mencionar Granja (2020, p.1), o qual destaca que o principal objetivo da contabilidade ambiental é disponibilizar informações e avaliar os resultados que dizem respeito à atuação da empresa analisada, com intuito de confronta-los com as questões ambientais que a instituição deseja tratar ou desenvolver.

Observa-se também, que entre os dados mensurados, encontram-se os custos e investimentos ambientais, assim como também a padronização de ações para possíveis prevenções, além da minimização e o controle de fatores ambientais e os documentos relativos aos riscos, isso é, dados para uma possível análise sobre os impactos, o descarte dos materiais, as degradações, o saneamento, além de outros de acordo com a atuação da empresa. Além disso, com intuito de demonstrar a importância do assunto, destaca-se o posicionamento de Maimon (1996, p.42), o qual afirma que “o setor privado tem avançado no tratamento das problemáticas ambientais, pois as questões relativas ao meio ambiente têm-se tornado oportunidades de aumento da competitividade”, algo que não era pensado há alguns anos atrás, isso, pois a gestão ambiental era vista como um fator de distúrbio para as atividades empresariais. Porém, ao analisarmos esta questão sob a ótica da contemporaneidade, isso é confrontando a perspectiva da contabilidade ambiental do passado com a do presente/futuro, observa-se que o desenvolvimento desta para as instituições, na atualidade, é tido como benefício, assim como também um mecanismo de prevenção, no que diz respeito às legislações e leis ambientais, atua também como diferencial competitivo, pois quando a empresa põem em prática os projetos e planejamentos ambientais baseados nos relatórios contábeis, tais ações são tidas como diferencial competitivo no mercado atual.

Percebe-se então, de acordo com alguns autores, que a variável ambiental passou a atuar como uma forma de adquirir vantagens competitivas. Além disso, fatores sociais, isso é, exigências dos consumidores e ações de entidades não governamentais; e os fatores econômicos e políticos, como por exemplo, imposição de restrições, multas e novas legislações, passaram a exercer pressões adicionais para a introdução do gerenciamento ambiental nas empresas. Deseja-se para este respectivo trabalho, apresentar alguns assuntos relacionados à contabilidade ambiental, dando destaque para o seu surgimento, conceito, utilização, assim como também a questão dos passivos e ativos ambientais e aplicação desta forma de contabilidade nas empresas.

Sanches (1997, p.54), destaca-se que o enfoque da proteção ambiental, muda à dimensão desta de acordo com a função da produção para tornar-se parte da função da administração. Neste sentido, compreende-se que este reposicionamento, é capaz de definir uma nova relação empresa e meio ambiente, isso na medida em que os fatores ambientais são introduzidos nas metas, políticas e estratégias da empresa e a proteção ambiental passa a fazer parte dos objetivos de negócios.

Diante disso, determinou-se como problema de pesquisa a observação dos conceitos contábeis no que diz respeito à contabilidade ambiental, com intuito de analisar a interferência dos conceitos contábeis para o desenvolvimento das atividades de gestão ambiental das empresas, onde se indaga sobre como a contabilidade ambiental é capaz de auxiliar na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento de ações empresariais mais sustentáveis? Isto, pois, assuntos ambientais tornam-se cada vez mais importantes para a sociedade em geral, mas no que diz respeito aos negócios, percebe-se a crescente necessidade em tratar e adotar medidas relacionadas à responsabilidade social, do consumidor, do desenvolvimento de produtos, serviços, passivos legais e considerações contábeis dentro das organizações.

Acredita-se que por meio dos conceitos da contabilidade ambiental, que será possível auxiliar os administradores e gestores a compreenderem as possibilidades para atuarem de forma mais sustentável e coerente com a preservação do meio ambiente. Dessa forma objetivou-se de modo geral analisar sobre o que venha ser a contabilidade ambiental. Assim, como especificamente, objetivou-se tratar sobre a contabilidade ambiental e seus conceitos analisando os ativos ambientais; buscou-se também evidenciar as principais características dos passivos ambientais; e compreender o porquê de se aplicar a contabilidade ambiental nas empresas.

Selecionou-se para a elaboração deste trabalho, o uso da metodologia de pesquisa bibliográfica explicativa, a qual almeja por meio de informações recolhidas, evidenciar alguns aspectos importantes e interessantes sobre o assunto aqui abordado. Deste modo, foram selecionadas algumas fontes primárias para a análise de documentos científicos. Isto posto, destaca-se o posicionamento de Bampi (2018, p.5), o qual afirma que “o conhecimento aprofundado das ferramentas gerenciais da contabilidade facilita de forma decisiva o gestor de uma empresa”, isso, pois, ao conhecer o funcionamento a respeito do controle e a saída de mercadorias, assim como os valores monetários, direitos e obrigações adquiridas, colocando-se tais informações no centro do processo de tomada de decisões.

Almeja-se ao final deste trabalho, alcançar os objetivos traçados, esclarecer possíveis dúvidas, adquirir novos conhecimentos sobre este assunto e ser capaz de contribuir por meio deste trabalho, com conteúdo e informações para os leitores, sobre a necessidade do desenvolvimento da contabilidade ambiental nas empresas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A CONTABILIDADE AMBIENTAL E SEUS CONCEITOS

De modo inicial, para adentrarmos neste assunto, torna-se relevante destacar que a contabilidade é tida como uma das ciências mais antigas do mundo, com origem através do objetivo de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Por isso, ao longo do tempo está ciência acompanha a evolução da economia e na intenção de criar novas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais. Destaca-se também que, na atualidade a contabilidade é considerada como um meio sistemático de informações, que possui como objetivo auxiliar o gerenciamento das empresas e organizações, para que estas possam garantir sua continuidade (SANTOS, ET AL, 2001, p.91).

Neste sentido, compreende-se baseado nos estudos de Morioka (2021, p.27), que a contabilidade ambiental apresenta-se como uma forma se alcançar o resultado traçado através das atividades desenvolvidas pelas empresas que possuem relação direta ou indireta com o meio ambiente, buscando dessa forma, por uma gestão mais adequada, assim como também, encontrar, desenvolver e aplicar soluções. Deste modo, alcançará como resultado final um planejamento estratégico aliado com o desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista de Marion e Iudícibus (2000, p. 53):

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

É neste sentido que se compreende a finalidade desse modelo de contabilidade, isso é no ambiente dos conceitos contábeis ambientais, estuda-se o patrimônio ambiental, por exemplo, os bens, direitos e obrigações ambientais, das empresas. Além disso, possui como objetivo disponibilizar aos usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que podem promover modificações na situação patrimonial, assim como realizar a identificação, a mensuração e a evidenciação dos dados por meio dos relatórios contábeis (MARIOKA, 2021).

Do ponto de vista de Martins e De Luca (1994, p.25), observa-se que:

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Compreende-se que o objetivo deste formato de contabilidade é basicamente o mesmo quando não aborda-se de questões relacionadas ao meio ambiente, pois as análises, os relatórios e demais itens desenvolvidos muda apenas o foco, pois continua concentrando-se nas questões ambientais da empresa analisada, como por exemplo os investimentos em sustentabilidade, projetos, ações, além de outros. Sendo assim, torna-se relevante mencionar que:

A contabilidade ambiental revela-se como uma das maneiras para alcançar-se o resultado almejado nas atividades desenvolvidas por empresas que se relacionam com o meio ambiente dotando-se de uma gestão adequada na implementação de soluções. Assim, facilita-se o planejamento estratégico aliado ao desenvolvimento sustentável (MORIOKA; CARVALHO, 2017; DA ALMEIDA; DO NASCIMENTO JUNIOR; COSTA, 2017, p. 23).

Ao compreendermos a importância dessa modalidade da contabilidade, torna-se relevante destacar que esta “originou-se através dos aumentos dos problemas ambientais no mundo, mais precisamente a partir de 1970, quando os gestores passaram a dar mais atenção para os problemas no meio ambiente”, surgindo dessa forma um movimento favorável para o análise e compreensão de como as empresas poderiam diminuir os impactos causados ao meio ambiente, através de suas atividades básicas e do dia a dia da rotina empresarial. “A partir de 1998 o novo ramo da contabilidade surgiu e foi classificada como contabilidade ambiental” (GARCIA; OLIVEIRA, 2009, p.16).

Diante de tais informações, tornou-se evidente que a contabilidade ambiental encontra-se no mesmo sentido da aplicação da metodologia contábil, porém adiciona-se o termo ambiental, passando a compor o grupo de contas patrimoniais, ou seja, “o ativo ambiental, o passivo ambiental e as contas de resultados que demonstram as receitas, custos e despesas ambientais da empresa” (GUIMARÃES; 2012, p.31).

Ao compreendermos o que a contabilidade ambiental, observa-se que está é capaz de proporcionar inúmeros benefícios para as empresas que a utilizam, pois conforme destaca

Granja (2020, p.1), a contabilidade ambiental possibilita o controle dos impactos das ações da instituição analisada, pois auxilia na identificação e aplicação dos recursos financeiros fundamentados em indicadores precisos e com monitoramento, executando os processos de implementação, inovação ou mudança, assim como também, conseqüentemente diminuindo o impacto ambiental causado pelas atividades empresariais desta.

Este autor, ainda destaca a respeito da padronização dos processos, ocasionado pelo controle e obtenção dos indicadores sobre o desempenho ambiental da empresa; a redução dos custos, pois através dos dados disponibilizados pelos relatórios contábeis relacionados à questão ambiental da empresa é possível desenvolver uma correta aferição do consumo e dos recursos utilizados, como por exemplo, a eletricidade e água, além de outros. Dessa forma a empresa poderá desenvolver um estudo para o desenvolvimento de estratégias que busquem diminuir os custos, além de outros itens como a viabilidade (GRANJA, 2020, p.1).

Diante dos posicionamentos e estudos desenvolvidos por este autor, compreende-se que a contabilidade ambiental trás inúmeras possibilidades para a empresa que a utiliza, além de atuar de forma positiva em outros processos contábeis do dia a dia destas, como por exemplo, a contribuição dos relatórios da contabilidade ambiental no processo de tomada de decisões da empresa de modo geral, isso é, em orçamentos anuais, em investimentos, além de outros. Sobre contribuir com os demais processos, isso é, não apenas os ambientais observa-se que os dados obtidos na contabilidade ambiental, também contribuem com o aumento da transparência, pois desenvolve relatórios integrados na intenção de reunir informações ambientais, financeiras, sociais além de outras, isso é, uma forma abrangente de apresentar todos os dados da instituição (GRANJA, 2020, p.1).

Para Brandão ET AL (2018, p. 5), para desenvolver a contabilidade sobre os eventos ambientais necessita-se seguir alguns critérios e princípios, isso é, basear-se na resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 750, sendo eles, conforme mencionado pelo autor:

- a) da entidade;
- b) continuidade;
- c) oportunidade;
- d) registro pelo valor original;
- e) atualização monetária;
- f) competência;
- g) prudência (BRANDÃO, ET AL, 2018, p. 5).

Neste sentido, destaca-se que no próximo tópico deste trabalho, almeja-se aprofundar-se em alguns aspectos e conceitos da contabilidade ambiental na intenção de entender um pouco mais sobre essa ciência e sua importância para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

ATIVO E PASSIVO AMBIENTAL

Antes de conceituarmos sobre cada um dos termos, isso é ativo e passivo ambiental, destaca-se, em conformidade com Fragmaq (2017, p.1), que toda a atividade econômica é geradora de impactos ambientais, por menor que seja este, de forma direta ou indireta, por isso, as empresas são responsáveis pela adoção de medidas que busquem diminuir os impactos, isso é promovendo a recuperação ou compensando a degradação ambiental resultante de suas atividades econômicas. Diante disso, compreende-se a importância dos conceitos e atividades contábeis relacionadas ao meio ambiente para as empresas, com intuito de utilizar os conceitos contábeis em benefício do desenvolvimento de ações positivas para o meio ambiente e para a empresa que as desenvolvem (FRAGMAQ, 2017, p.1).

Neste sentido, de acordo com o trabalho de Resende (2006, p.44), observa-se que o Brasil desde o seu descobrimento é tido como local de terras ricas em recursos naturais, sendo que estes recursos foram explorados desde o início da colonização sem uma análise adequada das consequências de uma extração de matéria-prima e dos recursos naturais sem um controle, estudo e compreensão dos impactos ao meio ambiente.

Deste modo, ao analisarmos do trabalho de Resende (2006, p.45), observa-se que, no que diz respeito à legislação ambiental, os primeiros conceitos e a própria documentação legal inicial, apresentavam “a intenção de proteger os interesses dos portugueses sobre o território e seus recursos”. Porém houve a evolução dessa legislação, a qual se “dividiu em três partes principais”, sendo elas, conforme destaca Resende (2006, p. 45):

- Direito ambiental durante o período colonial (1500- 1822);
- Direito ambiental durante o período Imperial (1822-1889), e;
- Direito ambiental durante o período republicano 1889-2018).

Neste sentido, ainda com intuito de analisar a utilização do meio ambiente e as leis sobre esta ação nos dias atuais, questiona-se sobre o que seria o passivo ambiental. Diante deste, compreende-se a partir dos termos e conceitos estudados que “o passivo ambiental é obrigações mencionadas a empresas, responsáveis a corrigir as consequências causadas nos

impactos ambientais, ocorridas por atividades que agrediram não somente meio ambiente, mais também a sociedade” (LEITE, 2011, p.24).

Já para Fragmaq (2017, p.1), com relação aos passivos ambientais, observa-se que:

Fazem parte do passivo ambiental as obrigações assumidas pela organização, de maneira voluntária ou não, para recuperar, preservar e proteger o meio ambiente. Também constituem o passivo ambiental as obrigações que proporcionam benefícios para o meio ambiente, como a utilização de recursos de modo sustentável. O passivo ambiental deve ser incluído no balanço patrimonial da empresa, assim como os investimentos e aplicações de recursos para conter, eliminar e recuperar danos ao meio ambiente (ativos). Nos processos de privatização e venda de empresas, o passivo ambiental é um elemento importante para a tomada de decisão, uma vez que implica em custos para os novos donos. Identificar o passivo ambiental de uma empresa é imprescindível para evitar prejuízos futuros.

Entende-se então, o quanto este formato de contabilidade é importante para as empresas, principalmente no que diz respeito às contribuições com o meio ambiente. Sendo assim, compreende-se que o passivo ambiental envolve dados relacionados às “ações prejudiciais ao meio ambiente”, pois à empresa que adquiriu o passivo ambiental, a partir do momento em que degradam de alguma forma o meio ambiente, e não se preocupa com a recuperação, são obrigadas a pagar multas para a recuperação das áreas afetadas (IBRACON, 1995, p.7).

Além disso, destaca-se também que:

As origens de contas do passivo são conforme segue originárias de:

- a) Bancos – os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras destinadas a investimentos na prática de gestão ambiental;
- b) Fornecedores – a compra de equipamentos e de insumos destinadas ao aprimoramento do controle ambiental;
- c) Governo – referente às multas decorrentes de infrações ambientais;
- d) Sociedade – refere-se as indenizações ambientais;
- e) Acionistas– refere-se ao aumento do capital social visando a destinação exclusiva em investimentos relacionados ao meio ambiente ou mesmo para quitação de algum passivo ambiental; e,
- f) Entidade – por meio da destinação de parte dos resultados positivos em programas ambientais (BRADÃO, 2018, p.5).

No que diz respeito aos ativos ambientais, tem-se que estes são considerados como todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo. Isso é, o capital circulante ou capital de giro é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo (SANTOS, 2001, p. 91).

Nesta perspectiva, após analisar os conceitos de passivo ambiental, destaca-se um posicionamento mais contemporâneo a respeito deste termo, o qual baseado no artigo de Curado (2020, p.1), percebe-se que o passivo é definido como o somatório de todos os danos provocados ao meio ambiente por uma empresa, dessa forma, em casos de danos, com a legislação vigente, é evidente que surgirá a obrigação da reparação, multas e demais itens, de acordo com o dano e a lei que o respalda.

Neste sentido, observa-se que o autor mencionou em seu artigo alguns casos de empresas brasileiras a partir do ano 2000, que se trata de passivos ambientais, sendo alguns deles, o caso da Petrobras que “derramou mais de mil litros” de óleo na Baía de Guanabara “e as” “barragens de rejeitos de mineração de Mariana e Brumadinho, pertencentes à Vale”, os quais provocaram um dos maiores desastres ambientais do país (CURADO, 2020, p.1).

Diante de tais informações, compreende-se que os passivos ambientais representam os custos a serem pagos que deverão reparar os estragos causados pela instituição analisada, assim como as indenizações, multas e etc. Nesta perspectiva, entra a questão dos ativos ambientais, os quais correspondem às ações de prevenção, de recuperação e a reversão dos danos ocasionados pela atividade empresarial ao meio ambiente.

Dessa forma, ao adentrarmos neste quesito, com intuito de melhor compreendermos sobre o que seria o ativo ambiental, destaca-se a seguir alguns exemplos que se enquadram a este grupo, sendo eles, conforme apresenta Santos ET AL (2001, p.92):

- a) na conta disponibilidades podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental;
- b) nos ativos realizáveis a curto e longo prazo podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.

Diante de tais informações, compreende-se que o ativo nas empresas é representado pela adição de recursos, isso é, “um conjunto de bens e direitos que possui como objetivo compreender a capacidade de demonstrar as ações aos usuários”, desenvolvendo dessa forma uma avaliação e uma comparação diante das demais informações (LIMA E SENNA, 2013, p. 10).

Isto posto, compreende-se que:

Os ativos ambientais, são caracterizados por bens e direitos expressos na forma de capital circulante ou fixo, nesse sentido, o capital circulante é destacado pelo montante aplicado em atividades econômicas da empresa, são compostos pelas disponibilidades, ativos realizáveis a curto e longo prazo, em contra partida capital

fixo são bens de propriedade intangível ou tangível da empresa onde não é esperado que se torne dinheiro em curto prazo. (AULER, 2002, p.33).

Neste sentido, percebe-se que o ativo ambiental se concentra no controle e na preservação e recuperação do meio ambiente, dessa forma as atividades econômicas das empresas, deverão ter todos os bens usados no processo de proteção, controle e conservação do meio ambiente, buscando dessa forma desenvolver e promover a sustentabilidade ambiental e a diminuição dos impactos e da degradação ocasionadas ou relacionadas pelas atividades financeiras empresariais.

POR QUE APLICAR A CONTABILIDADE AMBIENTAL?

Seria possível imaginar o quanto são explorados pelas empresas, os recursos naturais do meio ambiente diariamente para a produção de diversos itens? O resultado detalhado da exploração é o que movimenta os processos de produção empresarial, conseqüentemente movimentando a economia. Isso é, a extração da matéria prima, aquela que origina os produtos. São milhares de empresas extraindo diariamente, por isso a necessidade da preservação destes bens, pois alguns recursos naturais não são renováveis, por isso a importância da conscientização das pessoas e o desenvolvimento de práticas empresariais mais sustentáveis (LIMA E SENNA, 2013, p. 10).

Neste sentido, de acordo com os estudos de Brandão (2018, p.12), observa-se que a devastação do meio ambiente está cada dia mais evidenciada, e isso está despertando em muitas empresas um relacionamento mais sustentável, isso é “as empresas estão começando a entender a sua responsabilidade e compromisso com o meio em que opera, para ser capaz de continuar operando e desenvolvendo economia”, porém de forma mais consciente e sustentável, comprometidas com a sustentabilidade.

Dessa forma, observa-se que a necessidade ambiental relacionada à preservação exigiu das empresas que extraem matérias primas naturais principalmente bens não renováveis, e das empresas que geram grande número de resíduos sólidos e químicos, principalmente, que buscassem alternativas sustentáveis para as suas atividades econômicas com o intuito de eliminar ações prejudiciais ao meio ambiente (LIMA E SENNA, 2013, p. 12).

Neste sentido, destaca-se o posicionamento de Oliveira e Serra (2010, p. 23), os quais destacam sobre a possibilidade das “empresas formularem suas próprias soluções para atenderem as demandas da Norma 14001, possibilitando ainda, que qualquer empresa utilize esse método”. A ISO 14001 apresenta todos os requisitos requeridos para implantar um

sistema de gestão ambiental. Essa Norma é a forma mais adequada a ser seguida, para alcançar-se o sucesso na implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

Sendo assim, compreende-se que a intenção de desenvolver ou promover mudanças dentro de uma empresa não é algo simples, pois encontra-se relacionado a mudança de hábitos e da cultura que a empresa já vem seguindo há muitos anos, porém essas mudanças poderão ser imprescindíveis para a promoção da sustentabilidade ambiental, por isso a importância e a crescente necessidade em as empresas atualizarem-se adotar novas práticas/métodos de desenvolver as atividades relacionadas a degradação do meio ambiente.

Ainda em conformidade com Brandão (2018, p.13), destaca-se que a aplicação dos recursos naturais de forma inadequada, além de prejudicar o ambiente, promove a renúncia da sociedade e consumidores em relação à entidade responsável por ocasionar danos ambientais. Diante disso, observa-se que até mesmo os investimentos favoráveis às causas ambientais, quando não planejados de forma adequada, poderão gerar impactos negativos para a empresa, pois sem um planejamento, os resultados poderão ser desaprovados principalmente pelos consumidores e pela própria sociedade em geral.

Devido a fatores como este, a gestão ambiental não é mais considerada exclusivamente como um custo para a entidade, mas sim como uma oportunidade para mudar as irresponsabilidades que dizem respeito à utilização dos meios e recursos naturais, tendo como consequência a melhoria da imagem da empresa diante da sociedade. Ainda em conformidade com Brandão (2018, p.14), observa-se com relação às vantagens geradas, as quais podem ser alcançadas por meio da utilização da contabilidade ambiental, sendo elas:

- Identifica e demonstram quais são os custos ambientais, na intenção de basear as decisões dos investimentos nos custos e nos benefícios medidos pelo planejamento;
- Permite alternativas que buscam pela redução dos gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não renováveis, além da análise de possíveis melhorias no descarte dos resíduos produzidos pelas atividades econômicas da empresa;
- Cria informações sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais;
- Um balanço ambiental, o qual poderá gerar a transparência da gestão e uma possível melhoria da imagem pública da empresa diante da sociedade e de seus consumidores (BRANDÃO, 2018, p.14).

OS BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA AS EMPRESAS

Viu-se até o presente momento que devido as constantes mudanças do mercado, principalmente as mudanças corporativas, as quais exigem dos profissionais deste segmento uma determinada habilidade em adaptar-se a tais, sendo que algumas mudanças podem gerar benefícios e interesse não apenas econômico, mas socioambientais, observa-se que não mudar poderá comprometer a sobrevivência do negócio ou tornar a empresa inviável (SILVA, ET AL, 2009, p.25).

Para Oleiro e Schmidt (2001, p. 36), a contabilidade ambiental refere-se à averbação do patrimônio ambiental, isso é o bem de direitos e obrigação, com objetivo de disponibilizar informações internas e externas, sobre os fatos ambientais capazes de gerarem modificações no patrimônio das empresas.

Deste modo, compreende-se que a busca constante por novos modelos e técnicas não param, por isso, manter-se informado e adepto as novas mudanças poderá trazer diversos benefícios, como por exemplo, a técnica de balanço ambiental, a qual é capaz de promover a transparência social e ambiental, sendo esta uma nova característica das empresas que se comprometem com a produção sustentável e preocupam-se com a manutenção ambiental.

Neste sentido, destaca-se que um dos benefícios da contabilidade ambiental foi à inovação de algumas técnicas já utilizadas, como destaca Antunes (2000, p.7), o qual menciona que:

O balanço ambiental tem por principal objetivo tornar público, para fins de avaliação de desempenho toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensuráveis em moeda, que a qualquer tempo possam influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Diante de tais informações, compreende-se e por meio do balanço ambiental as empresas e se publico ou até mesmo outras pessoas não relacionadas, podem acompanhar as ações praticadas em benefícios dos colaboradores, do meio ambiente da comunidade onde se encontra inseridas. Deste modo, destaca-se que a principal intenção dos balanços ambientais é tornar publico as responsabilidades ambientais assumidas pela entidade analisada, com intuito de construir valores, confiança e um possível vínculo com os clientes da empresa e as parcerias em favor da causa ambientam (MARTENDAL, 2011, p. 28).

Do ponto de vista de Silva (2019, p. 1), observa-se que ter a contabilidade ambiental dentro das organizações já é um beneficio, pois ela torna-se uma parceira dos gestores em suas tarefas, como por exemplo, auxiliando-os a analisar os impactos das empresas no meio

ambiente, assim como também definir os resultados financeiros desse impacto, proporcionando dessa forma um maior controle das ações empresarias para os gestores.

Destaca-se também que:

Com o auxílio da contabilidade ambiental, as entidades adotam e praticam políticas de preservação e recuperação ambiental; essa adoção faz com que a companhia evite multas e/ou passe por problemas relacionados ao cumprimento da legislação ambiental vigente (SILVA, 2019, p.1).

Diante disso, destaca-se também que há ainda mais vantagens e benefícios no e diz respeito à adoção da contabilidade ambiental dentro de uma organização, isso é essa ferramenta também auxilia no desenvolvimento do marketing das entidades, pois proporciona melhorias na imagem corporativa diante da sociedade, pois ao divulgar seus balanços ambientais, promove-se a transparência dos dados.

Ao melhorar a imagem da empresa, conseqüentemente obtém-se certa vantagem em relação às demais empresas, pois o público consumidor geralmente segue as novas tendências de consumo sustentável, deste modo, cria-se uma reação em cadeia, pois as empresas e os consumidores muito provavelmente se voltarão para o mesmo objetivo, isso são conservação e reparo do meio ambiente (SILVA, 2019, p.1).

Compreendem-se diante das informações que os benefícios gerados pela implantação da contabilidade ambiental dentro das empresas são muitos e geralmente ocorrem em cadeia, isso é uma nova ação gera um novo benefício o qual gera outro e assim por diante. Neste sentido, entende-se que por mais relutante que seja a mudança e a adoção de novas técnicas e ações, principalmente quando se trata de uma questão que ainda pode ser adiada em nosso país devido as leis que ainda são brandas e o consumidor não exige ou acompanha as ações ambientais das empresas, entende-se que o uso de técnicas e métodos vindos da contabilidade ambiental torna-se essencial para o funcionamento permanente e futuro das entidades. Sendo assim, compreende-se que a contabilidade ambiental, por meio de suas técnicas, torna possível manter as atividades empresarias mais arriscadas ao meio ambiente de maneira sustentável, além da fidelização de seus consumidores.

Ainda em conformidade com Silva (2019, p.1), observa-se que sem a conscientização das empresas e de seus consumidores sobre o uso deliberado dos recursos naturais e do meio ambiente, visando apenas um maior desenvolvimento econômico, promovera-se a destruição dos recursos naturais e das matérias primas tão essenciais para a produção. Por isso a relevância em adotar novas políticas ambientais e sociais de conscientização e preservação do

meio ambiente. Neste contexto enxerga-se que a contabilidade ambiental surgiu como uma nova alternativa para os gestores e administradores empresariais terem para aplicar nas suas equipes e na empresa.

Encerra-se este subcapítulo baseado na reflexão de Leal ET AL (2017, p. 31), o qual afirma que “não adianta dispor de custos nas demonstrações contábeis, referente às causas ambientais, se não houver uma preocupação com a conscientização do cuidado que deve se nutrir com o meio ambiente”. Deste modo, compreende-se que divulgar as informações sobre o balanço ambiental, por exemplo, não quer dizer que tais empresas possuem excelentes níveis de desempenho econômico, isso é, não adiantará a empresa possuir informações contábeis sobre suas questões ambientais, mas não se preocupar, não mudar sua postura e buscar por novas alternativas que diminuam os impactos e a degradação do meio ambiente ocasionada pelas atividades da empresa em questão.

METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

Para Martins e Theóphilo (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica:

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

Diante de tais informações, destaca-se que para este trabalho selecionou-se o modelo de pesquisa bibliográfica, na intenção verificar informações referentes ao assunto e embasar a hipótese levantada. Além disso, destaca-se que esta pesquisa também pode ser considerada como exploratória, a qual descreve os fatores que caracterizam e são de importância para o assunto da pesquisa, isso é, possui como foco proporcionar uma maior familiaridade com o problema, almejando torna-lo mais explícito ou possibilitando a construção de hipóteses (GIL, 2019).

Além destas classificações, destaca-se esta pesquisa também se classifica como qualitativa e básica. Segundo Creswell (2016), a pesquisa qualitativa pode ser considerada como um grupo de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, isso é, através de notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes, dessa forma a principal intenção do método qualitativo é entender o fenômeno em seu contexto natural.

Já a pesquisa básica pode ser considerada como uma pesquisa que procura responder perguntas na intenção de ampliar o conhecimento, sendo motivada pela curiosidade e suas descobertas publicadas para ocorrer à transmissão e o debate do conhecimento (GIL, 2010, p.25).

Utilizam-se fontes secundárias, através da análise de documentos, como artigos, revistas e livros. Sendo assim, destaca-se que as fontes secundárias são as obras em que as informações já foram elaboradas, isso é, representam a informação processada e organizada. Para Cavalcanti (2016, p.1), observa-se que as fontes secundárias “trazem a informação agrupada/organizada, tendo a função de facilitar o uso da informação “dispersa” nas fontes primárias”, sendo alguns itens como exemplo, as enciclopédias; Dicionários; Bibliografias; Índices; Bases e bancos de dados; Livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO

Baseado com os levantamentos desenvolvidos percebeu-se que cada vez mais se aumentam as cobranças sobre a adoção de processos sustentáveis por parte das empresas, assim como as constantes alterações na legislação ambiental, buscando dessa forma, criar um cenário empresarial mais comprometido com os impactos ambientais ocasionados pela atividade industrial.

Diante destes aspectos, determinou-se como problema de pesquisa a questão sobre como a contabilidade ambiental é capaz de auxiliar na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento de ações empresariais mais sustentáveis. Deste modo, verificou-se que através dos relatórios contábeis, por exemplo, que as empresas possuem informações concretas referentes à disponibilidade de desenvolver investimentos próprios ou financiáveis que busquem por melhorias nas práticas empresariais, relacionadas às questões ambientais.

Neste sentido destaca-se, o posicionamento de Silva (2019, p.1), o qual confirma a afirmação feita acima, pois segundo ele:

Com o auxílio da contabilidade ambiental, as entidades adotam e praticam políticas de preservação e recuperação ambiental; essa adoção faz com que a companhia evite multas e/ou passe por problemas relacionados ao cumprimento da legislação ambiental vigente (SILVA, 2019, p.1).

Com relação aos objetivos, de modo geral buscou-se analisar o que é a contabilidade ambiental, a qual demonstrou ser uma das ferramentas da contabilidade para as empresa, almejando auxiliar o processo de gestão empresarial nos processos de tomadas de decisão

relacionado às questões ambientais, isso conforme mencionado por Marion e Iudícibus (2000, p. 53), os quais apresentam que:

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

Especificamente, objetivou-se tratar sobre a contabilidade ambiental e seus conceitos analisando os ativos ambientais, sendo possível compreender que estes são considerados como todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo. Isso é, “o capital circulante ou capital de giro é o montante aplicado para o desenvolvimento da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo” (SANTOS, 2001, p. 91).

Além deste, almejou-se também evidenciar as principais características dos passivos ambientais, sendo possível compreender que o passivo ambiental são as obrigações mencionadas as empresas responsáveis por “corrigir as consequências ocasionadas pelos impactos ambientais, ocorridas através de atividades que agrediram não somente meio ambiente, mais também a sociedade” (LEITE, 2011, p.24).

Objetivou-se também compreender o porquê de se aplicar a contabilidade ambiental nas empresas, onde foi possível compreender que devido à devastação do meio, surge a necessidade de um comportamento de utilização dos recursos natural mais sustentável. Neste sentido, destaca-se o posicionamento de Oliveira e Serra (2010, p. 23), os quais destacam sobre a possibilidade das “empresas formularem suas próprias soluções para atenderem as demandas da Norma 14001, possibilitando ainda, que qualquer empresa utilize esse método”.

Acreditou-se que por meio dos conceitos da contabilidade ambiental, que seria possível auxiliar os administradores e gestores a compreenderem as possibilidades que estes possuem em atuar de forma mais sustentável e coerente com a preservação do meio ambiente, por meio da adoção de novas formas de atuação. Diante disso, destaca-se que esta hipótese foi confirmada, pois conforme apresentado dentro do trabalho e acima nesta conclusão, ficou evidente que sim, a contabilidade ambiental auxilia os gestores nos processos de tomadas de decisões relacionadas às questões ambientais, como as resolves, com contribuir com o meio ambiente, a disponibilidade da empresa para aderir novas praticas e entre tantas outras informações.

Concluiu-se, diante deste levantamento que a contabilidade ambiental é uma questão de extrema relevância para as organizações, independente de seu porte operacional, visto que a interferência ambiental está relacionada às atividades da empresa e não ao porte. Por isso, compreender a questão dos passivos e ativos ambientais, a disponibilização de informações sobre multas e licitações, para as empresas atendidas, torna-se de grande importância à parceria entre a contabilidade, os conceitos da contabilidade ambiental e a gestão administrativa das empresas. Neste sentido destaca-se a intenção de futuras pesquisas nesta mesma linha de pensamento, sendo elas: Estudo de caso da contabilidade ambiental na empresa Vale S.A; Tendências da Contabilidade Ambiental para pequenas e médias empresas.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Cleber do Carmo. **Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade.** Goiânia: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

AULER, José Renato. **Importância e aplicabilidade da contabilidade ambiental em empresas do estado:** Caso PW Brasil Export S.A. Espírito Santo: Fucape prêmio excelência acadêmica, 2002.

BAMPI, Cleber; SILVA, Hermer Antonio Carvalho. **A Contabilidade Gerencial como Ferramenta de Gestão em Uma Microempresa de Lucas do Rio Verde:** Estudo de Caso da Empresa Lima Felisberto & Cia Ltda ME. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 03, ed. 05, vol. 01, p. 107-146, maio, 2018.

BARBIERI, José Carlos. **Competitividade Internacional e Normalização Ambiental.** São Paulo: Anais IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, nov. 1997.

BRANDÃO, Alana Sales. **A importância da contabilidade ambiental nas organizações.** 2018. Disponível em: <https://www.faccaci.edu.br/arquivos/tcc-2018/A-IMPORTANCIA-DA-CONTABILIDADE-AMBIENTAL-NAS-ORGANIZACOES.pdf> f. Acesso em: out. 2021.

CAVALCANTI, Jessica. **Conheça os 3 tipos básicos de fontes de informação para sua pesquisa.** 2016. Disponível em: <https://www.infonormas.com.br/2016/07/26/conheca-os-3-tipos-basicos-de-fontes-de-informacao-para-sua-pesquisa/>. Acesso em out. 2021.

CURADO, Adriano. **Passivo ambiental, o que é? – Conceito, exemplos e leis.** 2020. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.com/passivo-ambiental/#:~:text=O%20passivo%20ambiental%20na%20atualidade&text=%C3%89%20o%20caso%20do%20lixo,elas%20extraem%20recursos%20da%20natureza>. Acesso em nov. 2021.

CRESWELL, John Will. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 3. ed. 2016.

FRAGMAQ, Grupo. **Entenda a diferença entre ativo ambiental e passivo ambiental.** 2017. Disponível em: <https://www.fragmaq.com.br/blog/entenda-diferenca-entre-ativo-ambiental-e-passivo-ambiental/#:~:text=A%20principal%20diferen%C3%A7a%20entre%20esses,danos%20causa dos%20ao%20meio%20ambiente>. Acesso em nov. 2021.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes e OLIVEIRA, Daniele Lopes. **Contabilidade ambiental: História e Função.** Goiás: Atlas, 1ed. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 5. ed. 2010.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 6. ed. 2019.
- GRANJA, José Farias. **Veja os principais benefícios da contabilidade ambiental**. 2020. Disponível em: <https://blog.jfgranja.com.br/contabilidade-ambiental/>. Acesso em nov. 2021.
- GUIMARAES, Jamile Pereira. **Contabilidade Financeira Ambiental: Adequação do Plano de Contas de uma Empresa do Segmento Agrícola do Município de Barreiras-BA, Bahia**. Bahia: Faculdade São Francisco de Assis de Barreiras-BA, 2012.
- IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores. **Norma de Procedimento de Auditoria NPA 11 - NBR isso 14010**. São Paulo, set. 1995. Disponível em: <http://www.facape.br/socrates/Trabalhos/Auditoria%20Ambiental.htm>. Acesso em out. 2021.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2ª ed. 2000.
- LEAL, Paulo Henrique. ET AL. **Disclosure de custos ambientais nas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBovespa**. São Paulo: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2017.
- LEITE, Mauro. **Passivo Ambiental**. 2011. Disponível em: <http://www.marsh.com.br/auto.cfm?myurl=marsh/Passivo%20Ambiental.cfm>. Acesso em out. 2021.
- LIMA, Hyder Marcelo. SENNA, André Resende. **Apostila da disciplina de contabilidade ambiental**. Volta Redonda, 2013.
- MAIMON, D. **Passaporte Verde: Gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- MORIOKA, Sandra Naomi; CARVALHO, Marly Monteiro de. **Discussingsustainability in business context and in performance disclosures: analysis of Brazilian case studies**. São Paulo: Gestão e Produção, n. AHEAD, p. 0-0, 2017.
- MARTENDAL, A. **Contabilidade ambiental: Nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis**. Florianópolis: Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2011.
- MARTINS, Eliseu. DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Ecologia via Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 86, março 1994.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 3 ed. 2016.
- OLEIRO, Walter Nunes, SCHMIDT, Elisabeth Brandão. **Contabilidade Ambiental Uma análise da aplicação prática como potencializadora de informações socioambientais nas demonstrações contábeis**. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Revista Ambiente contábil. Vol.8, n.1. 2016.
- OLIVEIRA, Otavio José; SERRA, José Roberto. **Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais**. São Paulo, Produção, v. 20, n. 2010.
- RESENDE, André. **Apostila da disciplina de contabilidade ambiental**. Volta Redonda, 2006.
- RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. São Paulo: Dissertação (mestrado), FEA/USP, 1992.
- SANCHES, Carmen Silvia. **Evolução das práticas ambientais em empresas industriais: um modelo genérico**. São Paulo: Anais IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, nov. 1997.
- SANTOS, Adalto de Oliveira. ET AL. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras**. São Paulo: Revista Contabilidade e Finanças FIECAFI - FEA - USP, FIECAFI, v.16, n. 27, p. 89 - 99, setembro/dezembro 2001.

SILVA, Jacqueline Alexandre da. DIAS, Tays Cardoso. **Contabilidade Ambiental: Gestão e Sustentabilidade Empresarial.** São Paulo: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, ed. 11, vol. 06, 2019.

SILVA, J. O.; ROCHA, I.; WIENHAGE, P.; RAUCH, R. B. **Gestão ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial.** Rev. de Gestão Social e Ambiental. Set.- Dez, v.3, nº.3, p. 56-71. 2009.